



Universidade de Brasília
Curso de Gestão de Políticas Públicas

LARISSA ROCHA MENEZES DA SILVEIRA

**MANEJO POPULACIONAL DE ANIMAIS
DOMÉSTICOS: Castramóvel Como Política Distrital
de Castração do Distrito Federal**

Brasília – DF

2019

LARISSA ROCHA MENEZES DA SILVEIRA

**MANEJO POPULACIONAL DE ANIMAIS
DOMÉSTICOS: Castramóvel Como Política Distrital
de Castração do Distrito Federal**

Relatório de pesquisa a ser apresentado como
trabalho de conclusão da disciplina de
“Residência em Políticas Públicas”.

Professor Orientador: Me. Maria Eugênia
Diniz Figueiredo Cireno

Brasília – DF

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter me dado forças para chegar até aqui. À Nossa Senhora de Guadalupe pela intercessão incessante. É por causa d'Ela e por Ele que estou na universidade dos meus sonhos.

Aos meus pais Fernando e Norma, e à minha irmã Fernanda, por terem sonhado esse sonho comigo. Por terem me dado todo o apoio necessário, e por me ensinarem que o bem mais precioso da vida é a educação, me incentivando sempre a lutar para atingir meus objetivos.

Ao meu namorado César, pelo amor, dedicação e todo o suporte que me deu durante a minha graduação, me auxiliando em tudo que precisei. Gratidão principalmente pela paciência pelas diversas vezes em que precisei abdicar do nosso tempo livre para que eu pudesse concluir com êxito essa etapa da vida.

À minha professora orientadora Maria Eugênia, aquela que com toda paciência transmitiu seus conhecimentos, me ouviu, me acalmou e muito me auxiliou na construção deste trabalho. Sem ela eu não teria chegado até aqui.

Aos meus colegas de curso: Walysson, Lorena, Mariana, Mauren, Bianca, Camila Lima, Camila Costa, Ana Luíza, Carlos Eduardo e todos os demais, pelos diversos momentos maravilhosos em que vivemos nesta universidade e por terem tornado essa jornada muito mais prazerosa.

À Universidade de Brasília e aos professores de Gestão de Políticas Públicas, por todo o aprendizado adquirido e conhecimento transmitido.

E por último, e não menos importante, à minha gatinha, Princesa, por ter me ensinado a amar incondicionalmente os animais, e por ter sido a verdadeira inspiração para a construção desta pesquisa.

RESUMO

Ao longo dos anos, foi observado o crescente número de excedente populacional de cães e gatos nos logradouros públicos e nas áreas de conservação do Distrito Federal, o que acarretava diversos problemas principalmente no que diz respeito ao meio-ambiente e à saúde pública. Com o intuito de minimizar essa problemática, foi instituído pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, o Programa de Manejo Populacional de Animais Domésticos. A pesquisa visa identificar quais os instrumentos que foram utilizados por este órgão com essa finalidade. O objetivo geral consiste em averiguar como se deu a implementação da política pelo órgão demandante, e os objetivos específicos foram: analisar se houve diminuição de problemas relacionados ao descontrole populacional; verificar como o programa tem impactado a vida e o bem-estar dos animais; e conhecer quais outras políticas públicas se relacionam e colaboram para os objetivos deste programa. Buscou-se assim analisar as duas frentes de atuação desta política pública: O Castramóvel e as Clínicas Veterinárias credenciadas. A pesquisa permitiu concluir que, apesar das melhorias as quais são necessárias, a Política de Castração tem surtido efeitos e melhorado não só questões que dizem respeito à saúde pública e ao meio-ambiente, mas também tem trazido muitos benefícios para a saúde e para o bem-estar animal.

Palavras-chaves: Animais domésticos, Política Pública, Controle Populacional, Castração.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa Estratégico - Institucional	32
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Disposição de vagas conforme ZEE-DF	12
Quadro 2 - Documentos necessários para efetuar o cadastramento	12
Quadro 3- Disposição do Programa Temático e seu Objetivo Específico	23
Quadro 4 - Entrevistados	26
Quadro 5 - Valores em reais (R\$) gasto por animal	30
Quadro 6 - Vagas disponíveis para castração	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADÚnico – Cadastro Único

CETAS – Centro de Triagem de Animais Silvestres

CF – Constituição Federal

CFMV – Conselho Federal de Medicina Veterinária

CNDT – Certidão Negativa de Débitos

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COFAU – Coordenação de Fauna

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRMV – Conselho Regional de Medicina Veterinária

DF – Distrito Federal

FUNAM – Fundo Único de Meio Ambiente

IBRAM – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONGS – Organizações não Governamentais

PPA – Plano Plurianual

SEDUMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

UMEES – Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1. <i>Política Distrital de Castração:</i>	10
1.1.1. <i>Beneficiários:</i>	11
1.2. <i>Papel do Órgão Público em Relação à Política Pública:</i>	14
1.3. <i>Pergunta de Pesquisa:</i>	15
1.4. <i>Objetivos da Pesquisa:</i>	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1. <i>O Manejo Populacional e o Controle de Fertilidade de Animais Domésticos:</i>	17
2.2. <i>Histórico do Controle Populacional de Animais de Rua:</i>	17
2.3. <i>Uma Política Transversal:</i>	18
2.4. <i>Legislação:</i>	20
2.5. <i>Recursos Orçamentários:</i>	22
2.6. <i>Políticas Públicas:</i>	24
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:	26
3.1. <i>Análise de dados:</i>	27
4. RESULTADOS OBTIDOS:	29
4.1. <i>Programa Manejo Populacional de Animais Domésticos:</i>	29
4.2. <i>Novo formato do programa:</i>	30
4.3. <i>Do Órgão Público:</i>	31
4.4. <i>Análise da Política Pública:</i>	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:	34
Apêndice A – Diário de Campo 1	38
Apêndice B – Diário de Campo 2	40

Apêndice C – Diário de Campo 3	42
Apêndice D – Diário de Campo 4	43
Apêndice E – Diário de Campo 5	46

1. INTRODUÇÃO

A superpopulação de animais de rua decorrente do abandono e da falta de cuidado dos donos para com esses, é uma preocupação que está cada vez mais ocupando espaço nas agendas de governo. Há uma grande quantidade de cães e gatos dispostos nos logradouros públicos, o que acarreta problemas para o bem-estar do animal, bem como para o meio ambiente e para a população, principalmente no que tange a saúde pública (SERCONI, 2016, p.39). Dentre os males advindos dessa situação de animais em situação de rua, está a disseminação de zoonoses, acidentes, mordeduras (SERCONI, 2016, p.13), destruição da fauna e da flora local, entre outros.

Ao longo dos anos, dentre as providências que estão sendo tomadas e que visam a resolução da problemática exposta, a que vem surtindo mais efeito até então, é o procedimento de castração feito com o intuito de controlar a fertilidade como meio de diminuir o crescimento populacional dos animais domésticos. Assim, o principal objetivo dessa pesquisa foi fazer uma análise sob a ótica das políticas públicas desenvolvidas pelo governo do Distrito Federal para o atingimento desse fim.

Desse modo, o presente trabalho apresenta um estudo do histórico da Política Distrital de Castração, e como o controle populacional de animais de rua vem sendo desenvolvido no Distrito Federal como forma de garantir o bem-estar animal e a saúde pública.

O órgão responsável por essa demanda, é o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM, autarquia vinculada à antiga Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Seduma), atual Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), encarregado por executar as políticas públicas de meio ambiente e de recursos hídricos de acordo com a Lei 3.984 de 28 de maio 2007, a qual institui a sua criação.

O Castramóvel, programa de castração gratuita de cães e gatos, foi a primeira ação do IBRAM com esse objetivo de controle populacional. Começou em 2014 e nesse período o atendimento era feito inicialmente em uma unidade veterinária itinerante em parceria com a Universidade de Brasília – UnB, através de um acordo de cooperação técnica. O programa esteve em funcionamento por três anos apenas com a unidade itinerante e nesse período foram realizados mais de três mil procedimentos cirúrgicos por meio de mutirões.

No entanto, por conta do aumento da demanda e de problemas operacionais, o Castramóvel, a unidade itinerante, foi desativado e o programa passou por um período de

reestruturação. Como alternativa a essa nova fase, o controle de fertilidade passou a ser realizado por clínicas credenciadas escolhidas por meio de processo licitatório.

Para melhor compreensão do presente estudo, serão apresentadas nos próximos subtópicos que compõem este capítulo introdutório abordagens acerca da Política Distrital de Castração, Beneficiários, Papel do Órgão Público em Relação à Política Pública, a Pergunta de Pesquisa, Objetivos e Metodologia.

1.1. Política Distrital de Castração:

Estima-se que em 2012, o Brasil tinha 30 milhões de cães, o terceiro maior do ranking mundial¹. No entanto, grande parte desses cães são aqueles denominados “não-domiciliados”. Isso quer dizer que são os que vivem independentes, soltos na rua e não recebem nenhum tipo de cuidado ou atenção (NOGUEIRA, 2009, p.50). Dessa forma, são muitos os prejuízos advindos dessa situação: invasões em parques e áreas de conservação, predação das espécies nativas, a destruição do habitat desses, disseminação de zoonoses, acidentes, além da situação de maus tratos os quais estão constantemente suscetíveis.

Uma das formas de prevenir o crescimento exponencial das populações e o consequente esgotamento da fauna local, é a esterilização cirúrgica dos animais domésticos. Desse modo, com esse intuito, a Política Distrital de Castração do Distrito Federal é operacionalizada por meio do Programa de Manejo Populacional de Animais Domésticos do Instituto Brasília Ambiental. O órgão possui duas principais políticas de atuação: a primeira se refere às operações em clínicas credenciadas e a segunda ao castramóvel.

O castramóvel é uma unidade móvel itinerante que realiza castrações gratuitas de cães e gatos por meio de um acordo de cooperação técnica entre o Instituto Brasília Ambiental e a Universidade de Brasília. Tem como objetivo, além de realizar os procedimentos cirúrgicos nos animais, conscientizar a população sobre a importância da guarda responsável.

As clínicas credenciadas onde ocorrem as cirurgias de castração são uma alternativa ajustada ao aumento da demanda dos interessados. As contratações ocorrem por meio de contrato de licitação. Uma vez firmado, as clínicas passam a operar sob a supervisão e controle do Governo do Distrito Federal por meio do Instituto Brasília Ambiental, e o recurso

¹ Programa Manejo Populacional de Animais Domésticos. IBRAM, Distrito Federal. Disponível em:<
<http://www.ibram.df.gov.br/castracao-de-caes-e-gatos/>>. Acesso em: 5 de abril de 2019

destinado ao controle populacional de animais domésticos é utilizado para o pagamento deste serviço de castração. Operacionalmente cada tutor poderá cadastrar até 10 animais em seu nome, tendo como atendimento prioritário pessoas de baixa renda e idosos.

Uma terceira frente de política de proteção ao animal e a mais recente, foi instituída no ano de 2018 com a inauguração do Hospital Público Veterinário de Brasília. Ainda não são feitas esterilizações cirúrgicas no local, porém são prestados serviços como recepção e triagem, atendimento clínico, atendimento cirúrgico, realização de exames laboratoriais e de imagem, acompanhamento dos tratamentos, gestão dos medicamentos e gestão dos prontuários (IBRAM, 2019).

É importante destacar o papel das ONG'S e dos protetores dos animais como atores ativos para a eficácia dessa política. Por muitas vezes, esses são os responsáveis pelo resgate e pelo cadastramento, para que os animais em situação de rua tenham a oportunidade de fazer a cirurgia, além de serem quem levam e buscam esses animais para o local do procedimento, bem como o oferecimento de lar temporário.

1.1.1. Beneficiários:

Os interessados em cadastrar seus animais para a cirurgia, devem acompanhar a abertura das campanhas de castração que são divulgadas no site e nas mídias sociais do Instituto Brasília Ambiental.

Como apresentado anteriormente cada responsável / tutor, pode cadastrar até 10 animais, sendo que idosos e pessoas beneficiárias de programas sociais cadastradas no CADÚnico ou Bolsa família têm prioridade. As vagas são dispostas por grupos de regiões administrativas em que, o critério para a distribuição das vagas são o percentual de área verde do lugar, com base em dados zoneamento ecológico econômico do DF (ZEE-DF), e a renda média per capita, assim considerando o fator financeiro como um indicador relacionado ao aumento do risco dos abandonos dos bichos (IBRAM,2019).

A saber, em 2016, os grupos das regiões administrativas foram divididas da seguinte forma:

Quadro 1 - Disposição de vagas conforme ZEE-DF

Cidades	Vagas
Fercal, Santa Maria, Itapoã, São Sebastião, Brazlândia, Estrutural/SCIA, Varjão, Paranoá e Recanto das Emas	370
Gama, Riacho Fundo I, Ceilândia e Sobradinho II	300
Planaltina, Candangolândia, Sobradinho I, Taguatinga, Samambaia e Riacho Fundo II	230
SIA, Jardim Botânico, Brasília, Park Way, Lago Norte, Vicente Pires, Guará, Lago Sul, Águas Claras, Núcleo Bandeirante, Sudoeste/Octogonal e Cruzeiro	100

Fonte: IBRAM, 2018/2019.

Quadro 2 - Documentos necessários para efetuar o cadastramento

RG e CPF
Comprovante de endereço
Comprovante de beneficiário de programa social Cad-único
Exames complementares e anestésias inalatórias, quando necessário

Fonte: IBRAM, 2018/2019

É importante ressaltar que a inscrição em nome de terceiros somente será aceita mediante apresentação de procuração específica para finalidade de cadastro para castração (a procuração não precisa ser reconhecida em cartório).

1.1.2. Das Clínicas Credenciadas:

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM escolhe as clínicas credenciadas que apresentarem proposta para a prestação de serviços mais vantajosa. Através de um Edital de Chamamento Público, o órgão abre o processo para o credenciamento de estabelecimentos prestadores de serviços na área veterinária gratuitos à população, sem caráter de exclusividade, e é através deste edital que será feita a análise dos requisitos para a seleção. O contrato terá validade de 12 meses contado da data de sua publicação, admitida a prorrogação por igual período.

Por ser um procedimento cirúrgico que exige bastante cautela com saúde e com a vida do animal, são requeridos uma série de documentos para fins de comprovação de regularidade, como os dispostos a seguir:

- a) Licença Sanitária.
- b) Alvará de funcionamento.
- c) Registro da pessoa Jurídica no Conselho Regional de Profissional competente do ramo de atividade do seu responsável técnico, em plena validade.
- d) Declarar, sob as penas da lei, da superveniência de fato impeditivo da habilitação.
- e) Declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres; bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.
- f) Apresentar registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- g) Apresentar prova de comprovante de cadastro fiscal.
- h) Apresentar registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial para comprovação do ramo de atividade e do capital social.
- i) Prova de Regularidade com a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Positiva com efeito de Negativa (em www.tst.jus.br)
- j) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal devidamente atualizado
- k) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
- l) Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme preconizado no artigo.
- m) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da pessoa jurídica, em plena validade.

n) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

o) Documentação econômico-financeira, especificamente, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício na forma da lei.

Essas informações estão de acordo com o Edital de Chamamento Público para credenciamento nº 01/2016 - COFAU/IBRAM. Este frisa que após a análise da documentação, o Instituto Brasília Ambiental pode realizar vistorias por meio de servidor ou equipe designada pelo próprio instituto, para verificação das instalações, equipamentos e materiais destinados à execução dos procedimentos clínicos e cirúrgicos, assim como análise dos processos de trabalho, aplicação das boas práticas e procedimentos operacionais padrão de rotina da clínica/hospital veterinário. Para isso, o IBRAM poderá contar com a presença de demais órgãos fiscalizatórios, como a Vigilância Sanitária e o Conselho Regional de Medicina Veterinária -DF.

1.2. Papel do Órgão Público em Relação à Política Pública:

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM, é uma autarquia com personalidade jurídica de direito público com autonomia administrativa, financeira e patrimonial criado pela Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007.

É órgão demandante responsável por operacionalizar o controle populacional de cães e gatos através do Castramóvel. Dentre as prerrogativas elencadas no seu regimento interno, estão o dever de executar e fazer executar as políticas ambientais e de recursos hídricos do Distrito Federal, e promover a proteção de animais domésticos. Em sua estrutura organizacional, o setor responsável pela execução da política de Controle Populacional de Animais Domésticos é a Diretoria de Fauna, unidade orgânica de execução subordinada à Superintendência de Biodiversidade. Destarte, essa Residência em Política Pública ocorreu especificamente dentro dessa Diretoria.

As competências da Diretoria de Fauna estão dispostas da seguinte forma:

I. elaborar e executar programas, estudos, projetos e ações institucionais de proteção, conservação, manejo, monitoramento de fauna; II. coordenar, analisar e gerir os atos autorizativos relacionados à criação de fauna silvestre e exótica em cativeiro e apanha de espécimes, ovos e larvas da fauna; III. elaborar e atualizar listas das espécies ameaçadas de extinção da fauna silvestre nativa, das espécies de fauna exótica invasora e das espécies da fauna silvestre autorizadas para criação com a finalidade de estimação; IV. coordenar ações de triagem, reabilitação, destinação, reintrodução e soltura da fauna silvestre reabilitada, e gerir os centros de triagem e reabilitação de animais silvestres - CETAS/CRAS do Distrito Federal; V. definir áreas e monitorar as ações de soltura da fauna silvestre; VI. promover a democratização do acesso ao atendimento médico veterinário e realizar o controle ético das populações de cães e gatos; VII. participar de ações que visem coibir maus-tratos aos animais domésticos e silvestres e incentivar programas de guarda responsável; e VIII. exercer outras atividades que lhe forem atribuídas. (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Ao que se refere à implementação da Política Distrital de castração, as principais atividades desenvolvidas pela diretoria são as campanhas de castração nas quais ocorrem o cadastramento dos interessados, bem como a promoção da conscientização a respeito da adoção responsável, pesquisa de satisfação dos beneficiados, abertura do procedimento licitatório para o cadastramento das clínicas interessadas, entre outras.

Sendo assim, esta Residência em Políticas Públicas visa investigar a evolução do Programa de Castração e avaliar seus impactos, por meio de uma imersão efetuada no Instituto responsável, e através dessa, coletar dados que verifique o histórico da atual política pública e atender aos questionamentos relacionados à pergunta de pesquisa.

1.3. Pergunta de Pesquisa:

O presente estudo buscou entender no âmbito das políticas públicas: Quais instrumentos são utilizados pelo IBRAM para efetuar o controle populacional de animais domésticos?

Busca-se entender se os objetivos no que diz respeito aos impactos ambientais, sociais e os que concernem ao bem-estar animal, foram atendidos.

1.4. Objetivos da Pesquisa:

O objetivo geral da Residência em Políticas Públicas foi investigar como se deu a implementação da política de controle populacional para animais, realizada pelo IBRAM, e, respectivamente, quais foram os impactos ambientais e sociais causados desde a implementação do programa.

Objetivos Específicos:

Os objetivos específicos desta pesquisa consistem em:

- a) Analisar o Programa de Manejo Populacional de Animais Domésticos e enquadrá-lo sob a ótica das políticas públicas.
- b) Verificar como ocorreu a evolução do programa Castramóvel ao longo dos anos.
- c) Conhecer o órgão responsável pela implementação desta política pública, e dessa forma, verificar suas atribuições no que dizem respeito ao direito animal.

Após este capítulo introdutório, apresenta-se o segundo capítulo que trata do referencial teórico com o levantamento bibliográfico sobre o que é o manejo populacional de animais domésticos; a importância e o histórico da implementação dessa política no Brasil e no Distrito Federal, bem como a transversalidade desta política, os recursos orçamentários e os principais conceitos sobre esta política pública. Em seguida, o terceiro capítulo diz respeito à metodologia utilizada e como ocorreu a coleta de dados. Depois o quarto capítulo que expõe os resultados obtidos e o quinto que apresenta as conclusões finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. *O Manejo Populacional e o Controle de Fertilidade de Animais Domésticos:*

O aumento de uma determinada população demanda a existência de recursos para suprir suas necessidades (BEGON e MORTIMER, 1986). A multiplicação de animais domésticos livres e sem dono que vivem em meio urbano, os denominados “animais errantes”, traz consequências negativas para a sociedade. A busca por abrigo, alimentação e a falta de cuidados básicos com a saúde, faz com que parques sejam invadidos, a fauna local seja abatida e doenças sejam transmitidas.

Garcia (2009) definiu manejo populacional de cães e gatos como um conjunto de estratégias desenvolvidas para prevenir a falta de controle e o abandono animal, promovendo a guarda responsável sob a ótica da promoção da saúde, do bem-estar humano e animal e do equilíbrio ambiental. Dessa forma, é sob essa premissa que esse estudo irá se basear.

Nota-se a necessidade de políticas públicas que atendam a demanda para o controle populacional de animais de rua. O foco está na solução de um aspecto do problema, como o controle de fertilidade que tem se mostrado um mecanismo eficaz, principalmente no que diz respeito aos programas de castração. Mas o que consiste esse procedimento? É o método cirúrgico, executado por um médico veterinário, que impede a reprodução abundante de cães e gatos². Dessa forma, é de suma importância a implementação de mecanismos que atuem com essa finalidade visto que são muitos os benefícios advindos dessa prática.

O estudo referente ao controle populacional de animais domésticos é um tema recorrente no âmbito da medicina veterinária. No entanto, no que diz respeito a essa problemática sob a perspectiva das políticas públicas, esse assunto ainda é pouco estudado uma vez que a saúde pública relacionada ao bem-estar animal ainda é bastante recente.

2.2. *Histórico do Controle Populacional de Animais de Rua:*

Os animais têm papel importante nas relações sociais com os humanos e, desde os primórdios, cães e gatos são vistos como companheiros, sendo, por muitas

² Castração e Emergência animal – Prefeitura de Maringá. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/cdn-imprensa/emergencia-castracao.pdf>>

vezes, considerados até como membros da família. Por outro lado, o índice de animais não domiciliados nas ruas, consequência do abandono e da adoção não responsável, ainda é bastante alto, o que traz transtornos não só no que diz respeito à saúde e ao bem-estar desses, como também problemas relacionados à saúde pública.

Mais de 100 zoonoses são transmitidas dos animais para os humanos, entre elas estão a toxoplasmose, a leptospirose, a leishmaniose e a raiva (BRITO, 2016). Além de acidentes de trânsito, ataques aos pedestres e depredação de ambiente. Dessa forma, buscar mecanismos de ação pública que encontrem meios para solucionar esse problema significa zelar pela saúde da população, pelo bem-estar animal e pela preservação do meio-ambiente.

Por muito tempo, as políticas públicas de bem-estar animal, o manejo populacional e o controle de zoonoses se resumiam em evitar a proliferação da raiva através de vacinas, e na eliminação de animais por meio da eutanásia (MOUTINHO et al., 2015). No entanto percebeu-se que tais medidas não eram eficazes uma vez que, apesar de a raiva ter sido controlada, não reduziu o número de animais errantes. A eutanásia não surtiu efeitos, dado que além de ocasionar certa polêmica sobre questões éticas, essa medida foi pouco eficaz pois apenas ocasionava uma diminuição imediata dessa população a qual se recuperava rapidamente pela reprodução dos que sobreviviam (MOUTINHO et al., 2015).

O método de capturar e matar cães, de forma sistemática e indiscriminada, não é eficiente, gera estresse ao trabalhador, impactos ao meio ambiente e conflitos com a sociedade, também não se justificando do ponto de vista ético (SOUZA, 2011).

Nesse sentido, o controle populacional de animais domésticos precisaria de métodos mais eficazes para cumprir seus objetivos. A partir disso, a esterilização cirúrgica (popularmente denominado como castração) surgiu como uma alternativa, uma vez que impedia a reprodução desenfreada desses, além de trazer benefícios também no que diz respeito ao bem-estar e à saúde do animal. Porém, é sabido que essa medida só é eficaz se for atrelada a uma boa política de conscientização sobre a importância da guarda responsável.

2.3. *Uma Política Transversal:*

A política de manejo populacional de animais domésticos, perpassa o âmbito ambiental e envolve diversos fatores como a saúde pública, o bem-estar animal, a vigilância sanitária e a educação. Dessa forma, muitos também são os atores que atuam com essa finalidade.

No Brasil, os mecanismos de controle populacional ainda não foram consolidados e institucionalizados como prática. No entanto, existem instituições que versam sobre o assunto e se complementam, o que faz com que essa política possua um caráter intersetorial.

Segundo Garcia et al. (2011) a OMS traz uma grande contribuição ao dispor sobre assunto e estabelece diretrizes para obter êxito na implementação dessa política, quais são:

- Educação e legislação para a guarda responsável,
- Registro e identificação dos animais,
- Controle reprodutivo,
- Recolhimento e manejo de cães de rua capturados,
- Controle das fontes de alimento e abrigo,
- Restrição do movimento,
- Educação para a redução dos ataques e mordeduras e
- Eutanásia.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) também versa sobre o assunto e traz condições no que diz respeito à segurança do animal para a efetiva implementação de programas que tenham a esterilização cirúrgica como objeto do controle populacional. Em sua Resolução nº 962 de 27 de agosto de 2010 é disposto:

Art. 4º Os Programas com a finalidade de controle populacional deverão ter por base a Educação em Saúde e Guarda Responsável, e não apenas o fluxo de esterilizações.

§ 1º A perfeita realização dos procedimentos pré, trans e pós-operatórios devem ser prioridade do Programa, nunca colocando em risco a vida e o bem-estar animal e tendo importância secundária o número de intervenções por fase do procedimento.

§ 2º O Responsável Técnico é obrigado a encaminhar ao CRMV de sua jurisdição relatório sobre cada Programa realizado, contendo, no mínimo, informações do proprietário e dados de identificação e condições do animal atendido

Art. 6º Os procedimentos de contracepção em cães e gatos também poderão ser realizados em Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde (UMEES), devidamente regularizada perante o CRMV e demais órgãos competentes, tais como registro no Departamento de Trânsito e Prefeitura Municipal.

§ 2º Toda UMEES deve estar vinculada a uma base técnica local de apoio previamente definida, se possível a um Hospital Veterinário Escola de instituição de ensino superior em Medicina Veterinária.

§ 3º Deve ser determinado um estabelecimento médico-veterinário para encaminhamento de ocorrências de urgência e/ou emergência que não possam ser resolvidas no local definido para realização dos procedimentos, se possível, um Hospital Veterinário Escola da instituição de ensino superior em Medicina Veterinária. (BRASIL 2010),

Essas diretrizes dão base para a criação de programas de controle de fertilidade e faz com que o CFMV, órgão de suma importância na fiscalização e regulamentação da profissão do médico veterinário, esteja em consonância com os órgãos do governo responsáveis por executar esses programas.

O IBRAM, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Meio Ambiente, objeto dessa pesquisa, tem sido destaque na implementação de políticas públicas voltadas ao meio ambiente e tem um papel significativo na efetivação dessa política de castração uma vez que é o órgão demandante do Distrito Federal responsável por colocá-la em prática.

Teve seu início, no ano de 2014 com o Castramóvel, unidade de castração itinerante, o qual por meio de cooperação técnica com a Universidade de Brasília, realizou mutirões de castração o que totalizou mais de 3 mil procedimentos efetuados em animais domésticos. No entanto, por motivos de dificuldades operacionais no que diz respeito ao aumento da demanda, como dito no capítulo introdutório, somados à falta de segurança e aos custos elevados, em 2017, o Castramóvel foi desativado. Dessa forma, as ações de política pública para o manejo populacional de animais domésticos passam por um novo ciclo e reestruturação, que é quando surge as parcerias com as clínicas credenciadas por meio de processo licitatório.

2.4. Legislação:

A Constituição Federal - CF de 1988 trata no artigo 225 sobre o “Meio Ambiente” e dispõe:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

...

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (BRASIL, 1988)

Esses são os incisos do referido artigo da Constituição Federal, que versam sobre a importância do cuidado com o meio ambiente no que concerne à fauna e a flora, a fim de promover o equilíbrio ambiental.

A primeira lei federal que dispõe sobre o assunto foi sancionada somente em 2017 pelo então Presidente Michel Temer, a Lei nº 13.426, de 30 de março de 2017, a qual serviu como base para criação e sustentação de políticas relacionadas a essa temática.

Art. 1º O controle de natalidade de cães e gatos em todo o território nacional será regido de acordo com o estabelecido nesta Lei, mediante esterilização permanente por cirurgia, ou por outro procedimento que garanta eficiência, segurança e bem-estar ao animal.

Art. 2º A esterilização de animais de que trata o art. 1º desta Lei será executada mediante programa em que seja levado em conta:

I - o estudo das localidades ou regiões que apontem para a necessidade de atendimento prioritário ou emergencial, em face da superpopulação, ou quadro epidemiológico;

II - o quantitativo de animais a serem esterilizados, por localidade, necessário à redução da taxa populacional em níveis satisfatórios, inclusive os não domiciliados; e

III - o tratamento prioritário aos animais pertencentes ou localizados nas comunidades de baixa renda.

Art. 3º O programa desencadeará campanhas educativas pelos meios de comunicação adequados, que propiciem a assimilação pelo público de noções de ética sobre a posse responsável de animais domésticos. (BRASIL, 2017)

A Lei Distrital nº 6.142 de 22 de maio de 2018 também traz grande contribuição e embasamento para a criação de políticas de amparo ao animal ao definir sanções a serem aplicadas pelas práticas de maus-tratos:

Art. 1º Todo aquele que, por ação ou omissão, concorra para a prática de maus-tratos a animais, verificada em local público ou privado, seja ou não o infrator o respectivo proprietário ou tutor, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, inclusive detentor de função pública, responde pelo descumprimento do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras cominações legais.

Parágrafo único. São solidariamente responsáveis pelas infrações relacionadas a maus-tratos os proprietários ou tutores de animais e os que os tenham sob a sua guarda ou uso, independentemente das demais obrigações nas esferas civil e criminal. (DISTRITO FEDERAL, 2018)

Com a implementação de políticas públicas que visem o controle populacional por meio do procedimento de castração, o excedente populacional de animais diminui o que evita que cães e gatos passem por situações de abandono e maus-tratos. Outra prática que também contribui para essa finalidade, são as campanhas de conscientização promovidas por quem executa essas políticas.

2.5. *Recursos Orçamentários:*

O Plano Plurianual - PPA é um instrumento previsto na Constituição Federal que consiste em: “estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (BRASIL,1988). Isso quer dizer que, é por meio desse dispositivo que é estabelecido as políticas públicas do governo que serão desenvolvidas por um período de 4 anos, e os caminhos a serem percorridos para atingir os objetivos, e viabilizar as metas previstas. A versão que está em vigência é o PPA 2016-2019³.

Nesse sentido, por ser uma das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, o programa de controle reprodutivo da fauna está previsto no Plano Plurianual vigente. Está inserido dentro no programa temático que diz respeito à “Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental”, que tem o seguinte objetivo: “Assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras.”(PPA 2016-2019). O Direito dos animais está enquadrado dentro de um dos objetivos específicos desse programa, conforme esquematizado no quadro a seguir:

³ Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/plano-plurianual-ppa/o-que-e-o-ppa>>

Quadro 3- Disposição do Programa Temático e seu Objetivo Específico

Programa Temático:	Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental
Objetivo Específico:	Direito Animal
Ação Orçamentária:	Sanidade e Controle Reprodutivo da Fauna
Finalidade:	A manutenção da saúde da fauna e o controle populacional elevam o grau de guarda responsável e diminuem os casos de abandono e maus-tratos, contribuindo para o reconhecimento do Direito Animal.
Descrição da Ação:	Implantar o Hospital Veterinário Público do DF e implantar o Programa Permanente de Controle Reprodutivo, ambos associados a um Programa de Educação em Saúde e Guarda Responsável
Implementação da Ação:	Realização de convênio ou contrato para a execução dos serviços; realização de acordos e parcerias com universidades, ONGs e associações; aquisição de materiais e equipamentos; realização de eventos; capacitação dos envolvidos e divulgação das ações.

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Nesse contexto, o Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal - FUNAM/DF, foi instituído pelo art. 73 da Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989. É o órgão de natureza contábil e seus recursos serão aplicados em atividades de desenvolvimento científico, tecnológico, de apoio editorial, de educação ambiental e em despesas de capital relativos à execução da política ambiental do Distrito Federal, nos termos do artigo nº 77 da Lei nº 41 de 1989.

Dessa forma, parte do custeio do programa de controle populacional de animais domésticos advém desse fundo. Em 2017 foi aprovada a Resolução nº 06 de setembro de 2017 a qual apoia o repasse de recursos financeiros destinados ao programa:

Art. 1º Aprovar o apoio financeiro ao projeto denominado: Controle Populacional de Animais Domésticos. Proponente: Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Instituto Brasília Ambiental (IBRAM). Demanda Espontânea. Conselheiro Relator: Carcius Azevedo dos Santos. Processo nº 393.000.092/2017. Valor: R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). (DISTRITO FEDERAL, 2017)

2.6. *Políticas Públicas:*

Existem várias definições sobre o que é uma Política Pública. Mead (1995 apud SOUZA 2002, p. 4) a caracteriza como “um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.” Para Laswell (apud SOUZA 2002, p. 4), consiste nas decisões e análises que implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. Já para Dye (1984 apud SOUZA 2002, p. 4), política pública é o que o governo decide ou não fazer.

Sendo assim, percebe-se que ainda não há uma decisão unânime sobre esse conceito. No entanto, todas essas proposições, chegam à conclusão de que, de alguma forma, Política Pública é uma ação do Estado a fim de atender problemas públicos. Porém, o que é ou não é um problema público?

Segundo RUA (1998) para que uma situação se torne um problema político e passe a fazer parte da agenda governamental a fim de que possa ser discutido e depois tornar uma política pública, é necessário que apresente algumas características. Entre elas, está a capacidade de mobilização e ação política organizada. Ao associar essa definição com o problema de excedente de animais nas ruas, percebe-se que a atuação das ONG's e dos protetores têm bastante importância, pois antes mesmo que o controle populacional fosse de fato um problema político que fizesse parte das agendas de governo, esses já se mobilizavam para minimizar os efeitos negativos do crescimento exponencial de animais nas ruas, e, dessa forma, chamando a atenção dos agentes políticos.

A esse processo de persuasão em defesa de uma ideologia defendida por essas organizações não governamentais, KINGDOM (1984) dá o nome de “Fluxo das Políticas Públicas”. São ideias que tendem a ser politicamente defensável e financeiramente viável e

que tenham aceitação pública. Para ele, esses fluxos não exercem influência direta na agenda, mas influenciam os tomadores de decisão e possibilitam sua futura inserção na agenda.

Outro autor de grande contribuição no debate das políticas públicas, é Theodor Lowi (1964 apud SOUZA 2002, p. 7). Ele desenvolveu a mais popular tipologia do campo de públicas, aquela que divide as políticas públicas em: políticas distributivas, regulatórias, redistributivas e consultivas.

A política distributiva é aquela em que a questão de que os recursos são limitados não é levada em consideração, gerando impactos mais individuais do que universais, privilegiando certos grupos em detrimento de outros. A regulatória é o tipo mais visível ao público envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. As políticas redistributivas atingem maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. As constitutivas são as normas e procedimentos sob as quais devem ser formuladas as demais políticas.

No que diz respeito à forma de implementação de uma política pública, os conceitos de *top-down* e *bottom-up* também são bastante conhecidos entre os estudiosos. Essa primeira denominação, refere-se ao “modelo de cima para baixo” em que se fundamenta em uma visão funcionalista e tecnicista sobre como as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política. Para esta modalidade, a implementação é apenas um esforço administrativo para achar meios para os fins estabelecidos. Já no modelo “de baixo para cima”, o formato que a política pública adquire após a tomada de decisão não é definitivo. Os burocratas responsáveis pela execução têm a discricionariedade para modificá-la de acordo com as necessidades da própria implementação (SECCHI, 2012).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Para analisar a execução da Política Distrital de Castração realizada pelo Instituto Brasília Ambiental, foi realizada a imersão no referido órgão no período compreendido entre 08 de abril a 24 de maio de 2019, na Diretoria de Fauna.

A pesquisa buscou compreender como ocorreu a implementação do Programa de Manejo Populacional dos animais domésticos no Distrito Federal, bem como quais foram os instrumentos utilizados e os impactos socioambientais causados pela execução da política. Para atingir tais objetivos, foi necessário o levantamento de informações a respeito do órgão, dos atores envolvidos, do ambiente e dos instrumentos utilizados.

Foram utilizadas técnicas qualitativas, que, ao contrário dos métodos quantitativos os quais buscam medir e quantificar, a primeira se preocupa em qualificar, em atribuir qualidades, tratando de questões subjetivas. Dessa forma, buscou-se investigar a qualidade das castrações efetuadas e os efeitos socioambientais advindos da implementação desta política. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Esse tipo de entrevista consiste em uma técnica em que a conversa contínua entre o pesquisador e o sujeito entrevistado deve ser conduzida de acordo com o objetivo a ser atingido (QUEIROZ, 1988 apud DUARTE, 2002). Desse modo, foram realizadas entrevistas com os servidores da Diretoria de Fauna com o intuito de obter informações que dessem embasamento à pergunta de pesquisa. A disposição dos entrevistados se deu da seguinte forma:

Quadro 4 - Entrevistados

NOME	CARGO
João Bosco Sampaio	Diretor de Fauna do Instituto Brasília Ambiental
Karina	Cargo em Comissão – Assessoramento
Ana Nira Nunes Junqueira	Analista de Atividades do Meio Ambiente

Fonte: Elaborado pela autora.

Spradley (1980) acentua a relevância da observação participante como um método de pesquisa que vai além da mera descrição dos componentes de uma situação, permitindo a identificação do sentido, a orientação e a dinâmica de cada momento. Assim sendo, a observação participante realizada para a efetivação dessa pesquisa, foi de suma importância

uma vez que permitiu o diagnóstico subjetivo dos processos de implementação e execução dessa política pública.

É importante destacar a importância da imersão efetuada através da Residência em Políticas Públicas, pois esta possibilita uma maior aproximação com o objeto a ser estudado sendo possível obter resultados mais precisos uma vez que a vivência no campo permite maior acesso às informações e viabiliza a experiência na prática, dando a oportunidade também para conhecer as barreiras e os desafios encontrados para a eficácia da implementação.

Com todas as dificuldades encontradas para a realização dessa Residência e para construção deste relatório, a pesquisa documental teve um papel muito importante para a análise de dados e conclusões. Essas informações foram retiradas de arquivos escritos e não escritos, bem como das plataformas digitais do Instituto Brasília Ambientam que deu todo o suporte para a construção do diagnóstico da pesquisa:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (SÁ-SILVA, J. 2009 apud CELLARD, 2008)

Outros métodos utilizados para a realização desse trabalho, foram as pesquisas exploratória e descritiva. Gill (1999) destaca que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Dessa forma, esse tipo de pesquisa é realizado quando o objeto de estudo é pouco estudado e torna-se difícil formular uma análise precisa e objetiva.

3.1. Análise de dados:

Para a construção desse relatório, foi de suma importância a construção de diários de campos escritos de acordo com que as imersões presenciais e virtuais que iam acontecendo, além de contemplar análise de documentos, legislações e bibliografias a respeito do tema.

Assim sendo, os diários foram divididos da seguinte forma:

1º diário de campo: Principais conceitos utilizados para o estudo do objeto de pesquisa.

2º diário de campo: Primeiro dia de imersão presencial no Instituto Brasília Ambiental, em que foram coletadas as principais informações a respeito da evolução da Política Distrital de Castração

3ª diário de campo: Segundo dia de imersão presencial no Instituto Brasília ambiental, em que foram definidas as principais informações as quais deveriam ser pleiteadas para fins de pesquisa

4º diário de campo: Análise documental do edital de licitação público feito para a seleção de clínicas veterinárias para o oferecimento de serviço de castração

5º diário de campo: Análise das legislações vigentes as quais dão embasamento para a formulação e implementação da política de Controle Populacional de animais domésticos.

4. RESULTADOS OBTIDOS:

Os resultados da pesquisa serão apresentados em três subseções: a primeira apresenta a política analisada, com seus objetivos e impactos sociais causados, a segunda faz uma análise do Programa de Manejo populacional de animais domésticos sob a ótica da política pública no que diz respeito às classificações e modelos dos principais autores dessa área e a terceira faz uma análise crítica desses resultados.

4.1. Programa Manejo Populacional de Animais Domésticos:

A superpopulação de cães e gatos gera uma série de problemas. Como justificava para a implementação da Política Distrital de Castração, o Instituto Brasília Ambiental dispõe sobre os malefícios das ninhadas indesejadas frequentemente abandonadas, que invadem as ruas sendo alvo de maus-tratos, disseminando zoonoses, envolvendo-se em acidentes de trânsito e prejudicando a vida de animais silvestres e seus habitats (IBRAM, 2019). Ressalta-se que abandono, violência e maus-tratos são crimes ambientais de competência administrativa do IBRAM e o órgão tem o dever de desenvolver políticas para coibir essas situações.

A política de castração é apenas um dos programas desenvolvidos por esse Instituto. A partir de experiências de outros estados, como São Paulo que é referência nesse modelo de política pública, foi o criado o Castramóvel, unidade de castração itinerante, própria para realização desse procedimento. Esteve em funcionamento por três anos e nesse período foram realizados mutirões de castração onde quase 3 mil animais foram beneficiados. Paralelo a isso, o Hospital Público Veterinário estava sendo construído como mais uma forma de cuidar do bem-estar animal e proteger a saúde desses e da população.

No entanto, por conta do aumento da demanda e por ser uma unidade de difícil operacionalização, o Castramóvel foi desativado. Porém, como alternativa a esse problema, o procedimento de controle de fertilidade passou a ser feito por clínicas credenciadas escolhidas por meio de processo licitatório. Duas clínicas foram escolhidas: a Clínica Medicina Com Carinho localizada no Gama e a outra, localizada no Paranoá. No entanto, a clínica do

Paranoá foi retirada do programa uma vez que não atendia algumas especificidades exigidas para o bom atendimento dos animais.

Como os serviços prestados são gratuitos para a população, as clínicas contratadas recebem a título de pagamento pela execução dos serviços os seguintes valores:

Quadro 5 - Valores em reais (R\$) gasto por animal

Canino macho (Orquiectomia)	R\$ 90,00
Canino fêmea (Ovariosalpingohisterectomia)	R\$ 120,00
Felino macho (Orquiectomia)	R\$ 80,00
Felino fêmea (Ovariosalpingohisterectomia)	R\$ 110,00

Fonte: Elaborado pela autora

Esses valores são os estipulados pelo Edital de Chamamento Para Credenciamento nº 001/2016, o qual leva em consideração os seguintes pontos para as diferenças no valor de cada procedimento:

entende-se que, devido critérios técnicos e mercadológicos, os valores a serem pagos devem ser divididos entre sexo e espécie, considerando que as cirurgias possuem graus de complexidade e custos diferenciados. Ademais, os valores devem ser atraentes o mínimo suficiente para que haja clínicas interessadas no credenciamento e para que o serviço possa ser executado com a segurança e qualidade necessárias, ao mesmo tempo em que os valores devem ser adequados ao interesse público, atendendo os princípios da eficiência, eficácia e economicidade.

Foram realizadas em torno de 13 mil castrações desde o início do programa, no ano de 2014 com o Castramóvel, até este ano, 2019, já com os serviços das clínicas veterinárias credenciadas.

4.2. Novo formato do programa:

O presente estudo faz uma análise da evolução e dos impactos do Programa de Manejo Populacional de animais domésticos entre os anos de 2014 e 2018. No entanto, no curso da pesquisa, a campanha de castração de 2019 foi aberta e veio em um formato

diferente do habitual: No total foram oferecidas duas mil vagas para inscrições online e cadastros presenciais, divididos em 5 grupos: sede do instituto e nas administrações regionais de Ceilândia, do Paranoá, de Taguatinga e de São Sebastião.

Outra mudança, é que os interessados só poderão cadastrar até três animais, com o intuito de atender o máximo de pessoas possível.

As vagas deste ano foram dispostas da seguinte forma:

Quadro 6 - Vagas disponíveis para castração

Site do Ibram	650
Sede Ibram	250
Administração Regional de Taguatinga	300
Administração Regional de Ceilândia	300
Administração Regional do Paranoá	250
Administração Regional de São Sebastião	250

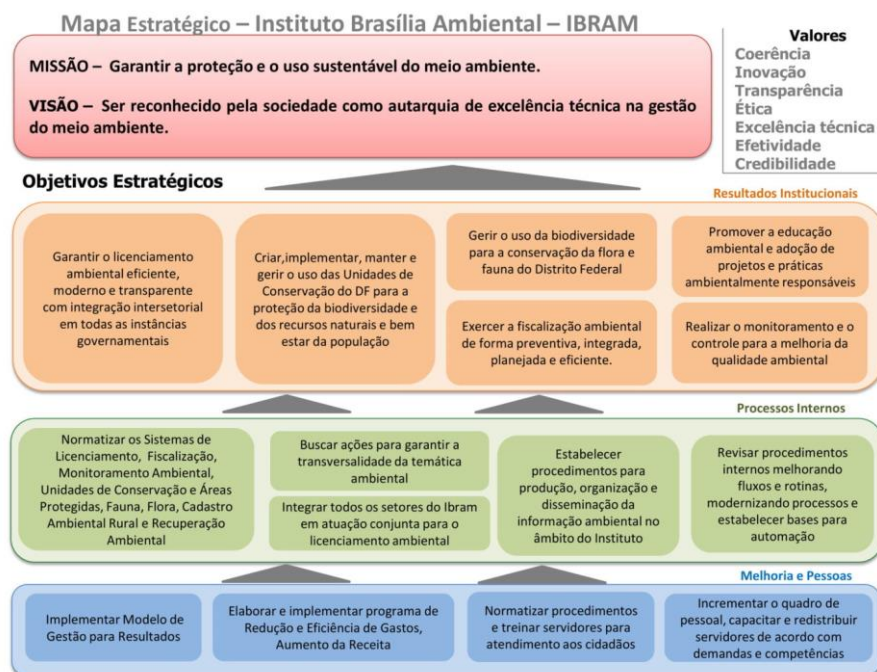
Fonte: IBRAM, 2019

4.3.Do Órgão Público:

O Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) foi criado no dia 28 de maio de 2007 por meio da lei 3.984/2007 com sede e foro no Distrito Federal, para ser o órgão responsável a executar e fazer executar as políticas ambientais e de recursos hídricos. Possui a atribuição de fiscalizar através do poder de polícia que lhe é conferida, o manejo desses recursos e as atividades que causem ou possam causar poluição ou degradação do meio ambiente e dos recursos hídricos. Trata-se de uma autarquia vinculada à antiga Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Seduma), atual Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) possuindo autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Possui missão, visão e objetivos estratégicos muito bem definidos como explicitado no esquema estratégico a baixo:

Figura 1 - Mapa Estratégico - Institucional



Fonte: IBRAM, 2019.

4.4. Análise da Política Pública:

Ao analisar o formato da política pública em questão, bem como os atores envolvidos, o público alvo e a forma de implementação e execução, é possível enquadrá-la de acordo com as tipologias e modelos de implementação estudados ao longo da pesquisa.

Como já explicitado anteriormente, Theodor Lowi (1964) foi o autor de uma das mais importantes separações das políticas públicas, a qual as divide em quatro formatos: regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas. Dessa forma, em qual dos modelos em análise, a política de Manejo Populacional de Animais Domésticos se encaixa?

Pode-se dizer que essa se combina com as definições das tipologias regulatórias e distributiva. De acordo com Secchi (2010), uma política regulatória é aquela em que “determinam os padrões de comportamento da sociedade e dos próprios agentes públicos, sendo, portanto, mais visíveis e sua aprovação dependente das forças exercidas pelos atores sociais”. Ao disseminar o exercício do cuidado com o meio ambiente, a importância da guarda responsável e por ser uma prática que ao ser executada, os seus resultados são visíveis

mesmo que a longo prazo, percebe-se que a Política de Manejo Populacional se encaixa bem nessa definição. Além de ser um programa que conta com bastante apoio de atores sociais, principalmente no que diz respeito às ONG'S e os simpatizantes da causa dos direitos dos animais.

Quanto à modalidade distributiva, o autor diz o seguinte: políticas distributivas, são as que “direcionam recursos difusos da coletividade para grupos específicos de interesses, gerando impactos positivos mais individualizados e sendo de fácil aceitação social, uma vez que os custos são arcados por toda a coletividade.” Ao direcionar recursos públicos para um público-alvo específico, neste caso, os animais domésticos e seus responsáveis, nota-se a o caráter distributivo dessa política. No entanto, apesar de ser uma política bastante direcionada, há uma ótima aceitação por parte da sociedade, uma vez que são muitos os benefícios advindos da aplicação prática dessa política.

No que diz respeito a sua forma de implementação e execução, identifica-se de que seu modelo de encaixe é o modelo “*bottom-up*”, visto a discricionariedade dos burocratas do nível de rua ao exercê-la, uma vez que muitas são as demandas e peculiaridades do público beneficiado. Dessa forma, por muitas das vezes a execução não sai de acordo com o que foi decidido na hora da tomada de decisão.

5. Considerações Finais:

O Programa de Manejo Populacional de Animais Domésticos ainda é bastante recente e sua implementação ainda precisa ser aprimorada em muitos aspectos. No entanto, apesar das dificuldades, tem mostrado resultado eficaz no atingimento de seu objetivo. Percebe-se que a distribuição de vagas para a prestação de serviço da castração segue requisitos bem definidos e coerentes. As áreas do DF com o menor índice de desenvolvimento e que possuem maiores áreas verdes conservação, são as mais privilegiadas na disposição das vagas.

Sendo assim, um dos principais tópicos a ser repensado e melhorado no que diz respeito à implementação, é o fato de que até então, apenas uma clínica veterinária é credenciada para a prestação de serviços. Isso pode ser um problema para a execução da política uma vez que sobrecarrega a prestadora de serviço. Outro ponto também, é a localização onde se encontra. Localizada na região administrativa nº II, Gama, dificulta o acesso de beneficiados de outras cidades mais distantes, a exemplo de Sobradinho e Planaltina.

A construção do Hospital Público Veterinário é uma grande conquista para a população do DF, principalmente a população carente. Apesar de as operações ainda não ocorrerem no local, o hospital disponibiliza uma ótima estrutura para exames e consultas.

No que diz respeito à imersão, muitas foram as dificuldades encontradas. Isso ocorreu principalmente por conta da desativação da principal frente de atuação dessa política, o Castramóvel. Além disso, por ser um ano que se iniciou com a gestão de um novo governo, alguns órgãos da administração pública passaram por períodos de instabilidade e reestruturações. Muitas das informações angariadas foram obtidas por meio das plataformas digitais do próprio órgão e de pesquisas feitas nas legislações, regimentos e na bibliografia.

Porém, com todas as dificuldades encontradas, a Residência em Políticas Públicas é uma experiência enriquecedora que permite encarar de frente os processos de uma política pública, observando como ela de fato ocorre em sua elaboração, implementação, execução e aprimoramento.

REFERÊNCIAS

BEGON, M.; MORTIMER, M. **Population Ecology: a unified study of animals and plants**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1986.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 1 de Abril de 2019

BRASIL. **Lei nº 13.426, de 30 de março de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13426.htm > Acesso em 1 de Abril de 2019.

BRASIL. **Resolução nº 962, de 27 de agosto de 2010**. Disponível em: < <http://portal.cfmv.gov.br/lei/index/id/298> > Acesso em 1 de Abril de 2019.

BRITO, M. **Controle Populacional e Bem-Estar de Cães e Gatos na Cidade de Cabaceiras- Paraíba**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina Veterinária) – Universidade Federal de Paraíba, Areia, 2016.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Distrital nº 6.142 de 22 de maio de 2018**. Disponível em: < https://www.tc.df.gov.br/SINJ/Norma/358f47acb0bd4e568e21636b33bc9ea7/Lei_6142_22_05_2018.html > Acesso em 2 de abril de 2019

DISTRITO FEDERAL. **Lei n. 3.984, de 28 de maio de 2007**. < http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Norma/55099/Lei_3984_28_05_2007.html > acessado em 13 de maio de 2019.

DUARTE, R. **Pesquisa Qualitativa: Reflexões Sobre o Trabalho de Campo**. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100005> Acesso em 28 de Maio de 2019.

GARCIA, R. **Estudo da dinâmica populacional canina e felina e avaliação de ações para o equilíbrios dessas populações em área da cidade de São Paulo, SP, Brasil.** Tese (doutorado em epidemiologia experimental aplicada às zoonoses, Universidade de São Paulo. 2009.

GARCIA, R. et al. **Consolidação de diretrizes internacionais de manejo de populações caninas em áreas urbanas e proposta de indicadores para seu gerenciamento.** Artigo - Instituto Técnico de Educação e Controle Animal (ITEC), Cotia, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rpsp/2012.v32n2/140-144/>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. jan./jun.2011.Disponívelem:http://www.abolicionismoanimal.org.br/revistas/revista%20direito%20animal%208_virtual.

MOREIRA, J. **Conceitos de Manejo de Fauna, Manejo de População Problema e o Exemplo da Capivara.** 2005. Disponível em:<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CENARGEN/27333/1/doc155.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2019.

Moutinho, F., Nascimento, E., Paixão, R., **Percepção da Sociedade Sobre a Qualidade de Vida e o Controle Populacional de Cães Não Domiciliados.** Ciência Animal Brasil, Goiânia, v.16, n.4, p. 574-588, 2015.

NOGUEIRA, F. Título: **Posse Responsável de Animais de Estimação no Bairro da Graúna – Paraty, RJ.** Educação Ambiental, Paraty, v. 2, p. 59-54, 2009 pdf. Acesso: 2 de abril de 2019

Programa Manejo Populacional de Animais Domésticos. IBRAM, Distrito Federal. Disponível em:< <http://www.ibram.df.gov.br/castracao-de-caes-e-gatos/>>. Acesso em: 5 de abril de 2019

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. In: RUA, M. G; CARVALHO, M. I. V. (org.). O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998. Coleção Relações Internacionais e Política. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF> Acesso em 13 de abril de 2019.

SÁ-SILVA, J et al. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. v. nº 1 p. 1-15, julho., 2009.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SERCONI, V. **A construção de uma política pública de controle ético da população de cães e gatos no estado do Paraná: análise da política em relação a algumas políticas implantadas em outros Estados**. 2016. 82 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2016.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. 2002. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

SOUZA, Mariângela Freitas de Almeida. **Controle de populações caninas: considerações**

SPRADLEY, J. P **Participant Observation**. Orlando- Florida. Harcourt Brace Jovanovich College Publishers, 1980.

Apêndice A – Diário de Campo 1

Nesse primeiro diário de campo, buscou-se compreender os principais conceitos estudados para melhor compreender o objeto dessa pesquisa:

a) O que é Manejo Populacional?:

É o termo utilizado para a manutenção do tamanho populacional e a demografia canina e felina em equilíbrio com a população humana. O Objetivo principal controlar o crescimento exponencial de animais não desejáveis, contribuir para o bem-estar animal e diminuir os riscos que possam representar para a saúde humana e para o meio ambiente⁴.

Os programas de manejo populacional de cães devem contemplar: diagnóstico da situação, incluindo estimativa populacional; participação social com envolvimento dos diferentes setores no planejamento e na execução das estratégias; ações educativas para promover os valores humanos, o bem-estar animal, a saúde das comunidades e a aquisição responsável (compra ou adoção); manejo ambiental e de resíduos para diminuir fonte de alimento e abrigo; registro e identificação dos animais; cuidados da saúde animal, controle reprodutivo dos cães; prevenção e controle de zoonoses; controle do comércio de animais; manejo etológico e destino adequado dos animais abandonados; e legislação pertinente à guarda responsável, à prevenção ao abandono e à prevenção das zoonoses. Para monitorar as ações, devem-se utilizar quatro grupos de indicadores: relativos às populações animais, às interações humano/animal, aos serviços públicos e às zoonoses transmitidas por esses animais. Concluiu-se que o manejo populacional dos cães de rua exige estratégias políticas, sanitárias, etológicas, ecológicas e humanitárias que sejam socialmente aceitas e ambientalmente sustentáveis. Também deve integrar o controle das zoonoses como raiva e leishmaniose, inserindo-se no conceito de “uma só saúde”, que beneficia tanto os animais quanto as pessoas das comunidades.

b) O que são as zoonoses?

São doenças típicas de animais que podem ser transmitidas aos seres humanos

c) Animais errantes:

⁴ Fonte: (<http://www.agrarias.ufpr.br/portal/mvc/manejo-populacional/>)

O termo “animal errante” é utilizado para designar aqueles animais que vivem livres nas ruas e sem donos.

d) Animais domiciliados e não-domiciliados: Os animais domiciliados são animais totalmente dependentes de seus donos. Saem do domicílio acompanhados e sempre com supervisão. Recebem vacinas e os cuidados médicos necessários. Podem ser considerados de baixo risco para a transmissão de zoonoses.

Não-domiciliados é basicamente o sinônimo de animais errantes. Vivem nas ruas, não recebem os cuidados médicos necessários, não têm abrigo nem comida e na maioria das vezes são violentos devido à falta de adestramento⁵.

e) Esterilização Cirúrgica:

Nesse estudo, esse termo é utilizado como sinônimo de “castração”. É o procedimento cirúrgico que tem como objetivo o controle de fertilidade, impedindo a reprodução excessiva dos animais, o que evita ninhadas indesejadas.

f) Guarda responsável:

De acordo com a declaração dos direitos dos animais, o conceito de guarda responsável condiz com a conduta humana de dar ao animal o devido respeito e os cuidados necessários, não o submetendo à situações de perigo, abandono, maus-tratos e fome (SANTANA, 2002).

⁵ NOGUEIRA, F. Título: **Posse Responsável de Animais de Estimação no Bairro da Graúna – Paraty, RJ**. Educação Ambiental, Paraty, v. 2, p. 59-54, 2009

Apêndice B – Diário de Campo 2

Este projeto tem como objetivo analisar a política distrital de castração de animais domésticos desenvolvida pelo Instituto Brasília Ambiental e avaliar quais são impactos trazidos para a sociedade e para os animais atendidos por esse programa. Dessa forma, o primeiro dia de imersão ocorreu no dia 10 de abril de 2019, através de entrevista semiestruturada, com três servidores da Diretoria de Fauna do referido órgão, setor responsável pela operacionalização dessa política. Esses demonstram interesse em cooperar com este trabalho

O primeiro contato com o órgão em imersão foi bastante agradável e acolhedor. Os servidores demonstram interesse em cooperar com este trabalho e já estavam no aguardo para a reunião que foi realizada em uma sala própria para isso.

Os três agentes públicos entrevistados foram:

NOME	CARGO
João Bosco Sampaio	Diretor de Fauna do Instituto Brasília Ambiental
Karina	Cargo em Comissão - Assessoramento
Ana Nira Nunes Junqueira	Analista de Atividades do Meio Ambiente

Esse primeiro dia na prática em residência em políticas públicas para análise do programa de castração, foi como um breve resumo exposto pelos servidores sobre o que é essa política, como ela surgiu, qual o intuito e como essa tem sido operacionalizada.

A política de castração é apenas um dos programas desenvolvidos por esse Instituto dentro de um amplo programa de política pública destinado aos animais doméstico. Essa surgiu por se ter observado muitos desses em unidades de conservação o que prejudicava a fauna local por conta da predação, além de ter aumentado o número de zoonoses o que colocava em risco a saúde da população. Sendo assim, a partir de experiências de outros estados, como São Paulo que é referência nesse modelo de política pública, foi o criado o Castramóvel, unidade de castração itinerante, própria para realização desse procedimento. Esteve em funcionamento por três anos e nesse período foram realizados mutirões de castração onde quase 3 mil animais foram beneficiados. Paralelo a isso, o Hospital Público

Veterinário estava sendo construído como mais uma forma de cuidar do bem-estar animal e proteger a saúde desses e da população.

No entanto, por conta do aumento da demanda e por ser uma unidade de difícil *operacionalização*, o Castramóvel foi desativado. Porém, como alternativa a esse problema, o procedimento de controle de fertilidade passou ser feito por clínicas credenciadas escolhidas por meio de processo licitatório. Duas clínicas foram escolhidas: a Clínica Medicina Com Carinho localizada no Gama e a outra, a qual não citaram o nome, localizada no Paranoá. No entanto, a clínica do Paranoá foi retirada do programa uma vez que não atendia algumas especificidades exigidas para o bom atendimento dos animais.

Somente um local para realização de castração ainda é pouco, não atende toda a demanda de castração do Distrito Federal, além de dificultar o acesso para beneficiados de outras cidade. Ficaria bastante difícil para alguém de Planaltina levar seu animal para castração no Gama, por exemplo. Por isso a previsão de edital licitatório para o credenciamento de novas clínicas é para abril/maio desse ano.

Em 2018 foi inaugurado o Hospital Público Veterinário do Distrito Federal onde ocorre atendimentos e exames de rotina dos animais. E por quê as castrações não ocorrem no HVET? Por motivos de que esse procedimento é operado por meio de mutirões, o que ocasionaria tumultos no local, além de que os animais que seriam operados estariam em contato com os outros que estariam em atendimento, colocando em situação de vulnerabilidade um animal que estará indo em breve para a mesa de cirurgia, algo que é totalmente inviável.

Apêndice C – Diário de Campo 3

Data do evento: 23 de abril de 2019

Esse foi o segundo dia de imersão na Diretoria de Fauna do Instituto Brasília Ambiental. O acolhimento foi agradável, no entanto, era um dia em que o setor estava muito atarefado, e como ainda não haviam recebido o ofício da Universidade Brasília para a formalização da imersão em Residência em Políticas Públicas, foi necessário resolver essa parte burocrática no setor de Protocolo, abrindo um processo no sistema SEI.

Depois de resolvida a parte burocrática, foi solicitado que fosse detalhado o que seria importante pleitear para fins de pesquisa, para que houvesse uma maior organização da diretoria e assim, ficar mais fácil colher as informações.

Dessa forma, um documento foi elaborado com o intuito de descrevendo quais seriam os principais a serem colhidos para fins de pesquisa:

1. Organização da Diretoria de Fauna – divisão do processo de trabalho e cargos ocupados
2. Setores do Instituto Brasília Ambiental que participam da operacionalização dessa política.
3. O IBRAM tem controle sobre o número de animais não domiciliados nas ruas? Existem dados estatísticos que mostrem a quantidade de animais nas ruas antes e depois da implementação do programa?
4. De onde são oriundos os recursos que subsidiam as castrações?
5. Qual a percepção dos tutores dos animais beneficiados sobre essa política?
6. Histórico das castrações efetuadas por esse programa e dados documentais relativos.
7. O que ainda precisa ser aprimorado?

Apêndice D – Diário de Campo 4

Uma das frentes de atuação do Programa de Manejo Populacional do Distrito Federal são as clínicas credenciadas que são selecionadas através de processo licitatório de acordo com as regras estabelecidas lei nº 8666/93. Nesse quarto diário de campo buscou-se fazer a análise dos principais pontos do Edital de Chamamento Público para Credenciamento Nº 01/2016 - COFAU/IBRAM disponível em <<http://www.ibram.df.gov.br/>>

O Instituto Do Meio Ambiente e Dos Recursos Hídricos Do Distrito Federal – IBRAM, por intermédio do Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, torna público para ciência dos interessados que estarão abertas as inscrições para o processo de CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS NA ÁREA VETERINÁRIA, tendo como objetivo a realização de serviços de castração de animais (ováriosalpingo-histerectomia e orquiectomia) na conformidade do Decreto Distrital nº. 36.520/2015, da Lei nº. 8.666/1993, da Lei Distrital 4.574/2011, da Lei Distrital nº. 4.060/2007, da Lei nº. 9.605/1998edemais legislação vigente, para a continuidade das ações permanentes de manejo reprodutivo de cães e gatos, obedecendo aos seguintes princípios: isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade.

Objeto do Contrato:

Este Edital tem por objeto credenciar, junto à Coordenação de Fauna–COFAU/IBRAM, estabelecimentos prestadores de serviços de castração de animais (ováriosalpingo-histerectomia e orquiectomia). Os estabelecimentos credenciados poderão ser chamados a firmar contrato com o IBRAM, para prestação de serviços gratuitos à população, sem caráter de exclusividade.

Validade do Credenciamento:

Este credenciamento tem validade de 12 (doze) meses, contado da data de sua publicação, admitida a prorrogação por igual período:

- a) Para os que tiverem interesse após esse prazo; e
- b) Com reabertura de prazo para novas inscrições

Da impugnação:

Qualquer cidadão ou interessado poderá impugnar o presente Edital por eventuais irregularidades, ficando para tanto estabelecido o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias corridos após a publicação deste Edital para protocolar o pedido de impugnação. O IBRAM deverá julgar e responder à impugnação em até 5 (cinco) dias úteis.

Vedações:

É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Edital. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, neste credenciamento ou participar do contrato dele decorrente:

- a) Empresas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concordata, insolvência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.
- b) Empresas declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital.
- c) Empresas suspensas de licitar ou contratar com esses mesmos entes federativos (Parecer nº 202/2011)
- d) Empresas constituídas em consórcios e pessoa física não empresária.
- e) Servidor ou dirigente de órgão ou entidade Contratante ou responsável pelo credenciamento.
- f) Servidor ou dirigente do IBRAM/DF ou responsável pelo credenciamento.
- g) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
- h) É vedada a pessoa jurídica, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de (Decreto nº 32.751/11, art. 8º):

I - contrato de serviço terceirizado;

II - contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens; e

III - convênios e os instrumentos equivalentes.

Análise da documentação:

Após análise e aprovação da documentação encaminhada, será feita vistoria por servidor ou equipe designada pelo IBRAM, para verificação das instalações, equipamentos e materiais destinados à execução dos procedimentos clínicos e cirúrgicos, assim como análise dos processos de trabalho, aplicação das boas práticas e procedimentos operacionais padrão de rotina da clínica/hospital veterinário.

Para a vistoria o IBRAM poderá contar com a presença de demais órgãos fiscalizatórios, como a Vigilância Sanitária e o CRMV-DF.

Será deferido o credenciamento a todos os requerentes que atenderem integralmente às exigências contidas neste Edital.

Será realizada a análise da documentação e vistoria no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, prorrogável por igual período, contados a partir da data de recebimento de toda documentação

Serão declarados inabilitados os interessados: a) Empresas impedidas de participar deste credenciamento, conforme item 7 deste Edital. b) Inadimplentes com as obrigações assumidas junto ao órgão fiscalizador da classe, como registro ou inscrição na entidade profissional. c) Empresas que deixarem de apresentar qualquer documentação de apresentação obrigatória exigida no Edital. d) Empresas anteriormente descredenciados pelo IBRAM por descumprimento de cláusulas contratuais ou por haver sido constatada irregularidade na execução dos serviços prestados

Não constitui motivo de inabilitação do interessado o descredenciamento realizado pela falta de recadastramento periódico perante o IBRAM.

O referente ao COFAU/IBRAM diz respeito à atual Diretoria de Fauna antiga Coordenação de Fauna. Este é o setor responsável pela demanda da política pública estudada e foi nela que ocorreu a imersão.

Esse diário de campo se concentrou em analisar os principais tópicos presentes no edital referente ao credenciamento de clínicas para o serviço de castração gratuita de animais domésticos, com o objetivo de averiguar as condições que as clínicas contratadas deveriam obedecer, uma vez que a castração consiste em um procedimento cirúrgico muito sério que trata da saúde e da vida do animal. Dessa forma, é de sua importância a exigências de critérios bem estabelecidos principalmente no que diz respeito às questões sanitárias.

Apêndice E – Diário de Campo 5

Esse quinto diário de campo visa analisar a legislação vigente que versa sobre o assunto de Controle Populacional de animais domésticos e assuntos correlatados, e associá-las à política estudada. Todas elas têm em comum a proteção aos animais e ao meio-ambiente, sendo o aparato legal para a formulação da política de controle populacional de animais domésticos.

O quadro abaixo traz o compilado dessas legislações para melhor compreensão:

Lei nº 5.197/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências
Lei nº 9.605/1998.	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Lei nº 2.095/1998	Estabelece diretrizes relativas à proteção e à defesa dos animais, bem como à prevenção e ao controle de zoonoses do distrito federal.
Lei distrital nº 4.060/2007	Define sanções a serem aplicadas pela prática de maus-tratos e animais e dá outras providências
Resolução CFMV nº 962/2010	Normatiza os procedimentos de contracepção de cães e gatos em programas de Educação em Saúde, Guarda Responsável e Esterilização Cirúrgica com a finalidade de Controle populacional
Lei nº 13.426/2017	Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais é também um importante dispositivo para levar em consideração para a formulação de uma política de controle populacional de animais domésticos.

Consiste em uma carta de princípios internacionais divulgada pela Unesco e assinada por diversos países, inclusive pelo Brasil. Declara que todo animal possui direitos, e que assim como os seres humanos, todos nascem iguais diante da vida e têm o mesmo direito à existência.

Declaração Universal dos Direitos dos animais:

ARTIGO 6: a) Cada animal que o homem escolher para companheiro tem o direito a uma duração de vida conforme sua longevidade natural b) O abandono de um animal é um ato cruel e degradante.

ARTIGO 14: a) As associações de proteção e de salvaguarda dos animais devem ser representadas a nível de governo. b) Os direitos dos animais devem ser defendidos por leis, como os direitos dos homens.